

Uma das iniciativas do IEA em 1992 foi a realização do Fórum Capital-Trabalho (foto). Essa atuação exemplifica a importância que o Instituto confere ao debate dos temas relevantes para o País. A mesma dedicação é estendida a outras questões através dos Programas Mobilizadores, Áreas e Grupos. Ainda com essa postura, tiveram início em 1992 as Cátedras Simón Bolívar e Jaime Cortesão, uma nova proposta de apoio à pesquisa. Um resumo das atividades dos Programas Mobilizadores e das Cátedras é apresentado ao leitor nesta edição.

Págs. 4 e 5

Publicações, vídeo e rádio

Esta edição traz informações sobre os números da Revista *Estudos Avançados* e os cadernos da *Coleção Documentos* publicados em 1992. Veja também as relações do programa de rádio *Uma Janela Para o Mundo* e das gravações em vídeo e como obter cópias. Pág. 6 e 7

Constituição

Para o deputado federal Nelson Jobim (PMDB-RS), o grande problema do País é a reorganização do pacto federativo. Pág. 2

Mudanças climáticas

O geólogo Aldo Rebouças, presidente da Comissão USP do International Geosphere-Biosphere Programme (IGBP), propôs uma linha de ação conjunta da Comissão com a Área de Ciências Ambientais. O objetivo é mobilizar as instituições com pesquisas ligadas ao IGBP. Pág. 3

Legislação partidária

Um ciclo de seminários discutiu em outubro a revisão da legislação partidária e eleitoral. Foram analisados critérios para a redução do número de partidos na Câmara e o financiamento de partidos e campanhas, além da adoção do sistema distrital misto. Pág. 8

CNPq

A recuperação orçamentária é o grande desafio para a ciência no Brasil, segundo Marcos Luiz dos Mares Guia. Pág. 3

Em busca de um novo federalismo

Nelson Jobim propõe reduzir a desproporção na Câmara

O grande problema brasileiro é a reorganização do pacto federativo, segundo o deputado Nelson Jobim (PMDB-RS). Para ele, as distorções estão presentes nas atribuições da justiça eleitoral, no sistema eleitoral proporcional e nos critérios de representação estadual na Câmara dos Deputados.

Em sua conferência *A Crise do Sistema de Representação e a Revisão Constitucional*, em 19 de outubro, Jobim não só traçou um histórico da vida republicana brasileira como também fez propostas para a correção dessas distorções.

Quanto ao número mínimo e máximo de deputados por Estado no Congresso Nacional, Jobim propõe uma negociação com os Estados da Bahia, Pernambuco e Ceará que leve à redução dos atuais 503 parlamentares da Câmara para um total entre 380 e 400. Isso levaria à redução do número de representantes (oito atualmente) dos Estados menos populosos.

COMPENSAÇÃO - "Não sou partidário da tese cada homem um voto, pois temos de compensar determinadas distorções federativas através do aumento relativo da força política de Estados menos poderosos. Entretanto, não podemos manter a distorção absoluta que começou em 1977, com o chamado Pacote de Abril", comentou Jobim.

Para ele, tentar aumentar o número máximo de deputados (60) de Estados como São Paulo pode criar uma imensa dificuldade de operacionalidade da própria Câmara.

Demonstrando a esses três Estados do Nordeste que a redução do total dos deputados na Câmara não vai alterar sua representação, mas sim reforçar sua liderança entre os

Estados do Norte/Nordeste, será possível corrigir a deformação atual, acredita Jobim. "Isso inclusive aumentaria a representatividade paulista sem significar o esmagamento da maioria paulista e mineira em relação aos outros Estados."

Jobim considera que a relação Norte/Sul nacional será

JUSTIÇA

Na conferência que pronunciou em 9 de novembro no IEA, o procurador-geral da República, Aristides Junqueira Alvarenga, usou o seguinte raciocínio para justificar sua posição contrária à alteração do atual conceito de Ministério Público na revisão constitucional: o inciso 4º do artigo 60 da Constituição Federal diz que, entre outras, não será objeto de deliberação a proposta de emenda constitucional tendente a abolir "os direitos e garantias individuais". Por definição, o Ministério Público é instrumento de defesa desses direitos e garantias. Logo, não é passível de revisão constitucional.

"Considero mais do que satisfatória a definição de Ministério Público expressa no artigo 127 da Constituição. Fruto principalmente da vivência e amadurecimento dos ministérios pú-



Junqueira: "Ministério Público é instrumento de defesa dos direitos e garantias individuais"



Jobim: proposta de redução da Câmara dos Deputados

uma das questões mais agudas na revisão constitucional, quando forem discutidas a distribuição das receitas tributárias e as tarefas e funções.

No que se refere ao sistema eleitoral, ele defende o retorno ao sistema de 1932, quando a

justiça eleitoral restringia-se a três funções: identificar o eleitor, receber o voto e apurá-lo. "Duas de suas funções atuais seriam retiradas: a corregedoria dos partidos políticos e a corregedoria das eleições."

A atuação da Procuradoria-Geral

blicos estaduais, ela não deve ser modificada", afirmou. No entanto, Junqueira propõe ao Congresso Nacional substituir a expressão "defesa da ordem jurídica" por "defesa da ordem jurídica democrática". "Porque uma ordem jurídica que não estiver calcada no regime democrático obriga o procurador-geral a defender uma ordem jurídica totalitária."

INOVAÇÃO - Junqueira disse que a principal inovação constitucional sobre o Ministério Público está na escolha do titular do cargo. O nome escolhido pelo presidente deve ser aprovado pela maioria absoluta dos membros do Senado, para mandato de dois anos. "Neste caso a Constituição usa a palavra 'mandato' de forma inadequada. O certo seria nomeação a termo, pois mandato significa exercer algo em nome de outro, enquanto o procurador-geral age como instituição estatal e não a mando de ninguém ou por delegação de alguém", disse. O procurador-geral só pode ser destituído em processo idêntico ao de sua escolha.

Na opinião de Junqueira, aquele que ocupar a chefia do Ministério Público, tanto no âmbito federal, quanto no estadual, depois de ter deixado o cargo deve ficar impedido de exercer outra função pública por no mínimo seis meses. "Isso garante a imparcialidade e isenção da instituição. No âmbito federal, há uma tendência de se dizer que o procurador-geral é o ministro do Supremo Tribunal Federal em potencial. É como se fosse uma passagem natural", afirmou.

Junqueira deixa o cargo em junho deste ano após cumprir dois mandatos. Ele foi o primeiro titular da Procuradoria-Geral dentro dos novos critérios definidos na Constituição de 1988.

Mudanças climáticas

O Brasil tem diversas linhas de pesquisa identificadas no IGBP, mas até agora não existe uma efetiva coordenação em nível nacional, afirmou o geólogo Aldo Rebouças, presidente da Comissão USP do Internacional Geosphere-Biosphere Programme (IGBP). Ele propôs à Área de Ciências Ambientais do IEA uma atuação conjunta para mobilizar as instituições brasileiras envolvidas no programa. A proposta foi apre-

sentada no seminário "Mudanças Globais", realizado no dia 19 de novembro.

Rebouças acredita que a integração com o IEA abrirá nova perspectiva de ação à comissão, implantada em 1989 durante a gestão do então reitor José Goldemberg. A comissão tem como objetivos principais identificar as atividades de pesquisa individual e de grupo da USP e promover sua integração nacional e in-

ternacional dentro das linhas do IGBP.

Em setembro de 1986, o International Council of Scientific Union (ICSU) decidiu criar o IGBP. Depois de dois anos de preparação, ele foi colocado em prática para proceder à investigação dos processos físicos, químicos e biológicos que regulam o planeta, bem como das mudanças globais, especialmente as referentes ao clima. As pesquisas em andamento giram em torno de sete temas: química da atmosfera, ecossistemas terrestres, aspectos biosféricos do ciclo hidrológico, interações das zonas costeiras terra-oceano, fluxos nos oceanos, zonas ofóticas e mudanças climáticas do passado. O secretariado gerencial do programa fica em Estocolmo, na Suécia.

Para efeito de gerenciamento do programa, o mundo foi dividido em 14 regiões, sendo duas na América do Sul. Cada região estima as necessidades de recursos em cerca de US\$ 10 milhões por ano. "O Brasil representa quase 80%



Jorge Maruta/Agência USP

Aldo Rebouças: integração das pesquisas sobre mudanças globais

do núcleo norte-equatorial e 62% do núcleo sul-tropical da América do Sul", disse. No Brasil, a comissão do IGBP foi criada junto a Academia Brasileira de Ciências, presidida pelo atual ministro da Ciência e Tecnologia, José Israel Vargas. "Apesar do envolvimento brasileiro ser muito grande, não há perspectivas de recursos nacionais a curto prazo. As dificuldades econômicas e burocráticas dificultam o envolvimento do Brasil no programa. O INPE é a única instituição brasileira que possui alguns pesquisadores participando diretamente de grupos de trabalho internacionais."

Temas do seminário

Foram os seguintes os temas e os expositores do seminário Mudanças Globais: "As Pesquisas Sobre Mudanças Globais no Panorama Internacional", Umberto Cordani; "A Problemática Brasileira e a Comissão USP do IGBP", Aldo Rebouças; "Aspectos Físicos da Atmosfera", Pedro Leite da Silva Dias; "Aspectos Químicos da Atmosfera", Ivano Gutz; "Aspectos Oceanográficos", Afrânio Mesquita; "Pesquisas Atmosféricas com Ênfase no Atlântico Sul", Volker Kirchoff; "Aspectos da Biodiversidade", Evaristo Miranda; "Uso e Conservação do Solo", José Pereira de Queiróz Neto; "Recursos Energéticos Não-Renováveis", Evaristo Ribeiro Filho e "Recursos Energéticos Renováveis", José Goldemberg.

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

CNPq: a meta é recuperar orçamento



Mares Guia: número de cientistas e engenheiros do País é dez vezes inferior ao dos países desenvolvidos

Será difícil, mas 1992 deve ser esquecido quanto à destinação de recursos para ciência e tecnologia. Para Marcos Luiz dos Mares Guia, presidente do CNPq, todo esforço deve ser feito no sentido de recuperar o orçamento em 1993. "É preciso implementar uma transformação significativa no modo como o orçamento foi operado nos últimos anos", afirmou.

O orçamento ideal para o CNPq, segundo seu presidente, é de 700 milhões de dólares, dos quais 60% seriam destinados a bolsas e 40% ao fomento à pesquisa. O objetivo é assegurar condições que permitam o financiamento de 40 mil bolsas no País e de 3.500 a 4.000 no Exterior. Esses números não correspondem ao total de bolsas existentes a cada mês, são apenas base de cálculo orçamentário.

A transformação defendida por Mares Guia

significa também recuperar os recursos para fomento à pesquisa: "São verbas atribuídas aos cientistas numa competição arbitrária por pessoas não-integrantes dos quadros do governo. Não são vultosas mas são significativas, pois dão independência aos cientistas para administrá-las, possibilitando condições para a operacionalização de centros de pesquisa e laboratórios no dia-a-dia".

O terceiro item fundamental, na opinião do presidente do CNPq, é recuperar o valor dos orçamentos dos dez institutos de pesquisa vinculados ao CNPq e que atualmente estão numa situação bastante difícil.

Mares Guia discutiu a questão orçamentária da ciência e tecnologia em sua visita ao IEA em novembro, quando fez a palestra *O Sistema de Inovação no Brasil*. Segundo ele, esse sistema incluiria instituições públicas e privadas e suas interações. "Existem dois pontos focais: um é a empresa, que é em última análise a geradora da inovação; outro é a Universidade, fonte de pessoal com nível sofisticado de especialização utilizado nas empresas e, também, local de desenvolvimento da ciência básica e aplicada, sendo a segunda fundamental para o apoio à pesquisa e desenvolvimento que se faz na indústria."

PROGRAMAS MOBILIZADORES

A Integração Regional e o Mercosul

Desde sua criação em 1986, o IEA tem dedicado especial atenção às questões latino-americanas, seja do ponto de vista cultural e histórico, seja quanto aos aspectos econômicos e sociais. O Programa Mobilizador A Integração Regional e o Mercosul insere-se nessa preocupação.

Após uma primeira fase, em 1991, quando foram elaborados onze termos de referência sobre o Mercosul (publicados na *Coleção Documentos*) atendendo solicitação do Ministério das Relações Exteriores (MRE), o programa passou a ter como núcleo a representação do IEA no Projeto Mercosul BRA/Fase I, constituído pela Departamento de Integração do MRE, Instituto de Pesquisa

Econômica Aplicada do Ministério do Planejamento e Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento (PNUD), com apoio do Programa de Gerenciamento do Setor Público (Gesep) do Banco Mundial.

Durante o ano passado o programa realizou cinco seminários públicos com especialistas convidados.

Em maio, representantes diplomáticos do Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai fizeram uma avaliação do andamento das negociações do Mercosul, além de abordarem os prazos estabelecidos no Tratado de Assunção, as dificuldades do processo, a identificação dos atores-chave e as

perspectivas de institucionalização do acordo.

Outro seminário, realizado em setembro na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq) da USP, tratou da questão da agropecuária no Mercosul. Em outubro, o programa organizou um seminário específico sobre o estágio das negociações.

Dois outros trataram especificamente das atividades que as universidades brasileiras vêm desenvolvendo sobre a integração do Cone Sul. O primeiro ocorreu em junho, com a participação de representantes de 21 universidades. Na ocasião, com o apoio do presidente do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras e reitor da PUC de Campinas, professor Eduardo José Pereira Coelho, decidiu-se estabelecer as bases para uma estratégia comum para a integração regional. O segundo seminário aconteceu na Universidade Católica de Pernambuco, em dezembro.

A participação do IEA em 92 no debate de questões prioritárias para o País

Revisão Constitucional

Com o objetivo de identificar os pontos especialmente importantes a serem alterados na Constituição Federal, para torná-la um documento mais eficaz e menos refratário a mudanças, foi criado em 1992 o Programa Mobilizador Revisão Constitucional, sob a coordenação do cientista político Bolívar Lamounier e do jurista Celso Bastos.

A instalação oficial do programa em 21 de setembro foi precedida por uma fase de atividades destinadas à coleta de subsídios para o detalhamento das discussões. Essa fase foi iniciada em maio, quando o deputado federal José Serra (PSDB-SP) fez a conferência *A Reforma da Constituição em 93*. Nela Serra defendeu a tese de uma ampla revisão, envolvendo o sistema político-eleitoral, federalismo, sistema tributário e responsabilidade dos três Poderes.

Também no primeiro semestre, outro Programa Mobilizador, Relações Capital-

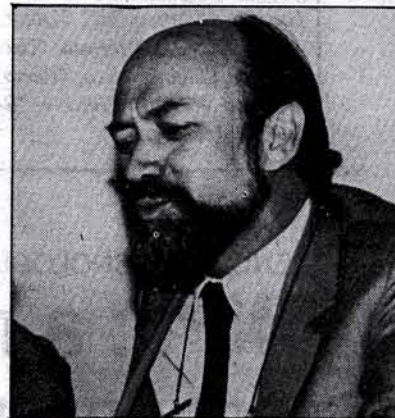
Trabalho, através do Fórum de mesmo nome (*leia texto à direita*), colaborou no estabelecimento de pontos a serem analisados na revisão constitucional, através do debate entre entidades empresariais e centrais de trabalhadores.

No último trimestre do ano, três atividades abordaram a questão constitucional de forma variada: o deputado federal Nelson Jobim (PMDB-RS) fez a conferência *A Crise do Sistema de Representação e a Revisão Constitucional* no dia 19 de outubro (*leia na pág. 2*); No mesmo mês, foi realizado um ciclo de seminários sobre Partidos Políticos e Campanhas Eleitorais, com a participação de parlamentares e acadêmicos (*leia na pág. 8*); em novembro, o procurador-geral Aristides Junqueira discutiu a atuação da Procuradoria-Geral da República em consonância com os preceitos constitucionais (*leia na pág. 2*).

O programa está subdividido em oito grupos de trabalho: Educação/Ciência e Tecnologia, Relações Capital-Trabalho, Repensar a Federação, Estrutura Política e Institucional, Tributação e Orçamento, Administração Pública, Ordem Econômica e As Instituições Judiciárias.

Em cada um dos grupos foi elaborado um termo de referência. A partir desse conjunto de propostas será redigida uma versão preliminar do documento contendo as análises e sugestões do programa.

Em breve, haverá uma reunião aberta à comunidade acadêmica e demais interessados para apresentação do trabalho desenvolvido. Depois dessa exposição, a versão final será discutida em reunião plenária do programa.



Bolívar Lamounier

presente na agenda da área em 1993. As primeiras discussões aconteceram em novembro, quando se reuniram no IEA vários especialistas associados à Comissão USP do Internacional Geosphere-Biosphere Programme (IGBP) (*leia texto na pág. 2*).

BIODIVERSIDADE - Em agosto, o Conselho Deliberativo do IEA aprovou o nome do professor Paulo Nogueira-Neto como o mais novo professor visitante da Área de Ciências Ambientais. Seu plano de pesquisa será desenvolvido até setembro e está voltado para a proteção da biodiversidade. Ele mantém, com recursos próprios, postos avançados de pesquisa em cidades do interior dos Estados de São Paulo e Goiás, onde desenvolve atividades de plantação de florestas nativas, proteção de ecossistemas naturais e o estudo de ecologia. Em 1993, ele fará palestras no IEA sobre "Biodiversidade: desafios e oportunidades".

Meio Ambiente e Desenvolvimento

O Projeto Floram, que em 1992 constituiu o núcleo do Programa Mobilizador Meio Ambiente e Desenvolvimento, ingressa no seu terceiro ano realizando um seminário nacional em Vitória, Espírito Santo, em março.

No ano passado, integrantes do projeto e da Área de Ciências Ambientais voltaram sua atenção para a Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em junho. Os professores Aziz Ab'Sáber e Jacques Marcovitch integraram a delegação de pesquisadores brasileiros participantes da conferência.

Menos de um mês após a Eco-92, a Área de Ciências Ambientais se uniu à Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência (SBPC) para organizar o simpósio "Ecos da Eco-92", durante a reunião anual da entidade. Os resultados da conferência foram avaliados através do exame cuidadoso dos documentos oficiais e de depoimentos de participantes. O número 15 da revista *Estudos Avançados* (maio-agosto/1992) traz em sua seção *Debate* três depoimentos de especialistas que participaram do simpósio. Aliás, a edição da revista é dedicada quase inteiramente à Eco-92 (*leia sobre a revista na pág. 8*).

DESASTRES NATURAIS E MUDANÇAS GLOBAIS - Escolhido pelas Nações Unidas como o Dia Internacional de Redução de Desastres Naturais, 14 de outubro mobilizou a Área de Ciências Ambientais para a análise do tema. O professor Umberto Cordani, coordenador da área, reuniu no IEA especialistas de várias instituições para debater a participação do Brasil nos diferentes aspectos que envolvem a prevenção de desastres naturais, como a definição das diretrizes de uma política nacional de Defesa Civil e as medidas de prevenção e controle de desastres associados a enchentes, inundações e escorregamentos. Os debates continuarão este ano com a presença de representantes da sociedade civil e científica.

A questão das mudanças globais também estará

Relações Capital-Trabalho



Fórum reuniu líderes empresariais e sindicais

Por solicitação de entidades empresariais e de trabalhadores, a Universidade de São Paulo, através do IEA, iniciou em dezembro de 1991 o Fórum Capital-Trabalho, com o objetivo de tornar possível o diálogo sobre as convergências e divergências na análise dos principais problemas nacionais, sobretudo daqueles vinculados às relações entre capital e trabalho.

A primeira fase do Fórum transcorreu durante o primeiro semestre de 1992, culminando com a divulgação pública em 17 de junho das conclusões e recomendações atingidas (texto publicado na *Coleção Documentos*). A segunda fase encontra-se em andamento e envolve o grupo temático Política de Renda e Modernização das Relações Capital-Trabalho. Durante o segundo semestre, o grupo discutiu estrutura e organização sindical, negociação coletiva, revisão da legislação trabalhista, redefinição do papel da Justiça do Trabalho e mecanismos alternativos para a solução de impasses.

Além desse grupo, o Fórum foi constituído de mais três: Reforma do Estado, Reforma Fiscal e Revisão da Constituição; Política Agrícola, Industrial e de Comércio; e Política de Educação, Ciência e Tecnologia.

Participam do Fórum a Confederação Geral dos Trabalhadores, Central Única dos Trabalhadores, Força Sindical, Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Federação do Comércio do Estado de São Paulo, Confederação Nacional do Transporte, Pensa-

mento Nacional das Bases Empresariais, Sociedade Rural Brasileira, Organização das Cooperativas do Brasil e Universidade de São Paulo.

O trabalho de coordenação realizado pelo IEA levou à constituição do Programa Mobilizador Relações Capital-Trabalho, que dá suporte às atividades do Fórum e apoia outras discussões sobre aspectos relevantes para os dois lados, como seguridade social, revisão constitucional, educação e política industrial.

Educação Para a Cidadania

Em março de 1991, o documento "Idéias Para um Projeto de Educação", do professor Alfredo Bosi, lançou as bases para a constituição do Programa Mobilizador Educação Para a Cidadania. Foram formados dois grupos: Grupo de Estudos de Políticas Públicas de Educação e Grupo Paideia.

O primeiro produziu o documento *Políticas Públicas de Educação*, publicado na revista *Estudos Avançados* (nº 13). O Grupo Paideia teve início em setembro de 1991. Desde o início, a diversidade de formação de seus integrantes estimulou a emergência de questões sobre a linguagem na e da educação.

Nos meses seguintes o grupo discutiu as relações entre a linguagem da ciência e outras linguagens, com exposições de Maria Lajolo, da Unicamp, e Nilson José Machado, da Faculdade de Educação da USP. Em maio de 1992, o professor Alfredo Bosi abordou o tema *Metáfora em Vico*, e no mês seguinte coube ao professor Lino de Macedo, do Instituto de Psicologia, discutir o tema *Metáfora: Correspondência ou Transformação?* Em agosto, a professora Maria Aparecida de Aquino, do Departamento de História, falou sobre *Uma Concepção de Ensino Público - o Fazer-se Pedagógico*. Finalmente, em outubro, os professores Celso Favaretto e Franklin Leopoldo e Silva trataram do ensino de filosofia no 2º Grau.

PROFESSORES VISITANTES - Em 1992, o professor visitante Sergio Costa Ribeiro organizou um programa de trabalho e de eventos envolvendo três temas: avaliação e currículo, impacto das novas tecnologias no perfil educacional da população e aperfeiçoamento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

O físico José Goldemberg, ex-ministro da Educação, passou a integrar o programa no ano passado e está desenvolvendo o projeto *Uma Análise Crítica da Evolução da Educação Brasileira: A Ação do Ministério da Educação*. Em sua primeira palestra, realizada no dia 15 de novembro, Goldemberg falou sobre *O Estado e a Educação no Brasil*.

CÁTEDRAS

Em 1992, foram criadas as Cátedras Jaime Cortesão e Simón Bolívar, através de convênios com outras instituições. Com elas, o IEA instituiu na Universidade uma nova forma de apoio ao intercâmbio científico e à pesquisa.

Jaime Cortesão

Resultante de convênio entre a USP, através do IEA, e a Comissão Nacional Para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses do Conselho de Ministros de Portugal, a Cátedra Jaime Cortesão tem duração prevista até dezembro do ano 2000. De acordo com o protocolo, a cátedra promoverá iniciativas culturais e científicas centradas no período dos des-

cobrimentos. Nela circularão, a exemplo de congêneres internacionais, pesquisadores, escritores e artistas portugueses e brasileiros.

A cátedra foi oficialmente inaugurada em abril de 1992 pelos professores Luís Adão da Fonseca, da Universidade do Porto, e Jorge Couto, da Universidade de Coimbra. Eles realizaram palestras no IEA sobre o imaginário dos navegantes portugueses dos séculos 15 e 16 e a questão da territorialidade na expansão portuguesa.

No dia 23 de novembro, o embaixador de Portugal no Brasil, Leonardo Mathias, reuniu-se no IEA com representantes de instituições brasileiras para formar o Conselho de Orientação da Cátedra e propor atividades para 1993.

O embaixador disse que a Cátedra poderá oferecer uma idéia mais original e consistente a respeito dos descobrimentos, "diferente da visão descrita nos livros escolares".

Simón Bolívar

Em março, o presidente da Fundação Memorial da América Latina (FMAL), Paulo de Tarso Santos, e o reitor da USP, professor Roberto Leal Lobo e Silva Filho, assinaram o convênio de criação no IEA da Cátedra Simón Bolívar. O principal objetivo é o desenvolvimento de pesquisas sobre as relações culturais, históricas e políticas dos

países latino-americanos, além da análise de seus problemas contemporâneos.

O sociólogo peruano Anibal Quijano é o primeiro titular da Cátedra Simón Bolívar. Seu nome foi escolhido pela Comissão de Orientação, composta por representantes do IEA e da FMAL. O sociólogo avalia que a problemática latino-americana gira em torno de três questões-chave: identidade, estado-nação e democracia. Considera que "nenhuma delas pode ser abordada, muito menos resolvida, em separado".

Quijano fez duas palestras abertas ao público no IEA no ano passado: "O Nó Histórico do Século 20 Latino-Americano", em outubro, e "O Labirinto Peruano", em novembro.

Uma Janela Para o Mundo

Desde 1991, o IEA produz o programa *Uma Janela Para o Mundo*, transmitido pela USP FM (93,7) aos sábados, às 14h. Nele, especialistas discutem temas atuais do cenário cultural e científico. Cópias das entrevistas podem ser obtidas pelos interessados no Centro de Documentação do Instituto. Abaixo segue a relação dos programas apresentados durante 1992.

AMÉRICA LATINA

- *A Encruzilhada Histórica do Século XX Latino-Americano* - Anibal Quijano
- *Inovações Gerenciais na América Latina* - Carlos Dávila, Bianor Shelza Cavalcanti e Armando Cunha
- *Instituto de Estudos Ibero-Ame-*

ricanos de Hamburgo - Gilberto Calcagnotto

ARTE

- *Uma Linguagem de Portugal no Mundo: Projeto Arte Global* - Leonor Alvim, Carlos Guilherme Mota e Antonio Luiz da Rocha Barros

ASSUNTOS

INTERNACIONAIS

- *A China em Nossos Dias* - Roberto Abdenur
- *A Evolução Recente das Transformações na Antiga União Soviética* - Lenina Pomeranz

- *Liberal - Socialismo Italiano* - Célia Galvão Quirino e Walquiria Leão Rego

- *Novas Fronteiras Europeias* - Marco Aurélio Garcia e Istvan Jancso

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

- *Brasil e os Sistemas de Inovação*

Diante do Século XXI - Amaury Porto de Oliveira e Milton Campanário

- *Impasse dos Institutos de Pesquisa* - Willy Beçak e Isaias Raw
- *Instalação de uma Base de Pesquisa na Serra do Navio no Amapá* - Ricardo Seitenfus, Erney Plessmann de Camargo e Celso Beisegel

- *Política Espacial Brasileira* - João Evangelista Steiner

- *Sistema de Inovação no Brasil* - Marcos L. dos Mares Guia e Walter Colli

CIÊNCIA COGNITIVA

- *Ciências Cognitivas: Uma Ciência sem História* - Carlos Guilherme Mota e Marcelo Dascal

CONSTITUIÇÃO

- *Reforma da Constituição em 93* - José Serra e André Franco Montoro Filho

- *Revisão Constitucional Prevista para 1993 - I* - Bolivar Lamounier e Aspásia Camargo

- *Revisão Constitucional Prevista para 1993 - II* - Celso Bastos

DESENVOLVIMENTO

- *Bases de um Desenvolvimento Moderno* - João Paulo Reis Velloso e Amaury Porto de Oliveira

- *Desenvolvimento Sustentável e Agenda 21* - Henrique Rattner

EDUCAÇÃO

- *Condicionantes Culturais na Educação* - Eduardo Portella e Sérgio da Costa Ribeiro

- *Modernização da Gestão dos Sistemas Educativos na América Latina* - Guiomar Namó de Melo e Juan Carlos Tedesco Atalah

- *Novas Democracias e a Crise Econômica na América Latina* - Francisco Weffort

- *Projeto do IEA na Área de Educação* - Sérgio Costa Ribeiro

HISTÓRIA

- *A Cátedra Jaime Cortesão e a Temática dos Descobrimientos* - Carlos Guilherme Mota e Antonio Pedro Vicente

- *A Cátedra Jaime Cortesão e as Relações Universitárias Brasil-Portugal Neste Final de Século* - Carlos Guilherme Mota e Eugênio dos Santos

- *Descrições Geográficas em Portugal: Em Construção de Uma Imagem* - Joaquim Antero Romero Magalhães

- *Estado, Nação e Clientelismo no Brasil Imperial* - Richard Graham

- *O Imaginário na Expansão Portuguesa* - Carlos Guilherme Mota e Luiz Adão da Fonseca

- *Origem da Modernidade na Cidade de São Paulo* - Nicolau Sevcenko e Liana Trindade

- *Questão da Territorialidade na*

Expansão Portuguesa - Jorge Couto

MEIO AMBIENTE

- *Ecos da Eco - 92* - Umberto Giuseppe Cordani

- *Redução de Desastres Naturais e Desenvolvimento Sustentável* - Umberto Giuseppe Cordani

- *USP e a Rio 92* - Silvia Campiglia

MERCOSUL

- *Agricultura Brasileira e o Mercosul* - Marcos Sawaya Jank.

- *Integração Regional e o Mercosul* - Rubens Antonio Barbosa e Ricardo Seitenfus

- *Realidades e Perspectivas do Mercosul* - Ricardo Seitenfus e Sérgio Abreu e Lima Florêncio

- *Universidades Brasileiras e o Mercosul* - Nelson Maculam Filho

NEGROS

- *Questão Racial no Brasil* - Fernando Conceição, Adson Carvalho e José Barbosa do Carmo

- *Trajétoria dos Empresários Negros no Brasil* - Cleber Aquino, Adson Carvalho e José Barbosa do Carmo

POLÍTICA

- *A Questão Nacional e a Modernização* - Carlos Guilherme Mota e Raymundo Faoro

- *Nem Presidencialismo, Nem Parlamentarismo* - Dalmo Dallari

- *Parlamentarismo Versus Presidencialismo* - Bolivar Lamounier

- *Questões de Política Internacional* - Ricardo Seitenfus

- *Reforma da Lei dos Partidos Políticos* - João Almeida, Paulo Nogueira Baptista e Aspásia Camargo

PSICANÁLISE

- *Hegel, Freud e Lacan* - Jorge Forbes e Bento Prado Júnior

CAPITAL-TRABALHO

- *Fórum Capital-Trabalho I* - Jair Meneguelli e Paulo Roberto Pereira da Costa

- *Fórum Capital-Trabalho II* - Dalton Silvano do Amaral, Walter Tesch e Luis Carlos Menezes

SAÚDE

- *Financiamento dos Programas de Saúde* - Antonio Carlos Campino e Gerhard Malnic

- *O Cólera na Cidade de São Paulo* - José da Rocha Carneiro, Luiz Carlos Menezes e Álvaro Escrivão

- *Pesquisas em Saúde Pública* - José da Rocha Carneiro

TRABALHO

- *Instituto Internacional de Estudos do Trabalho* - Hélio Zylbersztajn e Padmanabh Gopinath

- *Organização de Trabalho e Qualidade Industrial: O Caso Japonês* - Helena Hirata, Gilson Schwarz e José Carlos de Toledo

VÍDEO

Gravações de conferências

As Conferências do Mês têm sido gravadas em VHS desde a criação do IEA. Para a obtenção de cópias os interessados devem entrar em contato com o Centro de Documentação do Instituto. Parte das gravações existentes está relacionada abaixo.

ADIB DOMINGOS JATENE - A Saúde no Brasil.

ALFRED STEPAN - Parlamentarismo Versus Presidencialismo no Mundo Moderno: Revisão de um Debate Atual.

ALLEN G. DEBUS - Chemistry and Universities in the XVIIth Century.

ANIBAL QUIJANO - La Crisis de Representatividad Política en América Latina.

ANTONIO CANDIDO - Manuel Bonfim e o Radicalismo

AZIZ AB'SÁBER - Teoria dos Refúgios: Multidisciplinaridade e Aplicações.

BERNARD FELD - História da Energia Nuclear, Corrida Armamentista e a Responsabilidade Social do Cientista.

CHRISTOPHER HILL - 300 Years of the Glorious Revolution.

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO - Parlamentarismo e Representatividade na Política Brasileira.

FRANCISCO WEFFORT - As Novas Democracias e a Crise Econômica na América Latina.

JACOB GORENDER - Coerção e Consenso na Política.

JEAN-JACQUES SALOMON - Public Policy, Technology and Development.

JEAN-PIERRE VERNANT - L'Homme Grec.

JOHN KENNETH GALBRAITH - Arms Control and Military Power.

JOSÉ LEITE LOPES - Física e Cultura.

LEOPOLDO DE MEIS - Energia e Sistemas Biológicos.

MANUEL MORENO FRAGINALS - História e Problemática das Identidades Culturais.

MICHEL VOVELLE - L'Étude de la Révolution Française dans L'Année de son Bicentenaire.

OSCAR SALA - A Questão da Ciência no Brasil.

OTTO R. GOTTLIEB - Mediação Química em Co-Evolução Planta-Herbívoro.

PAULO AUTRAN - Ser Ator no Brasil

PHILIP FEARNSIDE - Destruição da Amazônia.

RAYMUNDO FAORO - A Questão Nacional e a Modernização.

WILLIAN SAAD HOSSNE - Experimentação com Seres Humanos: Problemas e Fronteiras.

Em seu sexto ano, a revista *Estudos Avançados*, publicação quadrimestral do IEA, solidificou seu perfil editorial dentre as revistas acadêmicas de debate cultural e científico.

A variedade temática é uma de suas características, refletindo assim a própria diversidade de temas compreendidos pelos Programas Mobilizados, Áreas e Grupos do Instituto.

A ênfase na abordagem de questões relevantes também é uma marca das várias edições. Esse tratamento é dado na forma de número especial (prática iniciada em 1990 com o nº 9, dedicado ao Projeto Floram), edições temáticas ou dossiês.

Destinada sobretudo à divulgação de pesquisas e debates realizados no Instituto, *Estudos Avançados* é receptiva a textos de importância produ-

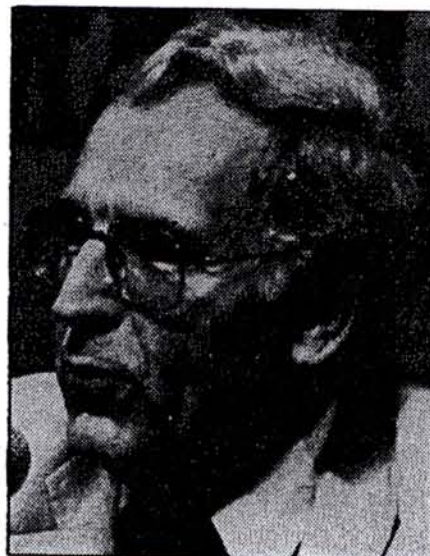
REVISTA

Estudos Avançados

zidos por pesquisadores de outras instituições.

Uma amostra dessas peculiaridades da revista é dada pelo conteúdo dos três números de 1992.

A edição nº 14 trouxe artigos sobre política e economia, com Raymundo Faoro, Bolívar Lamounier, Juan Linz, Alfred Stepan, Guilherme Leite da Silva e Basília Aguirre; filosofia da ciência, com Michel Paty, Nelson Papavero, Jair Minoro Abe e Jesus de Paula Assis; história, com Francisco Iglésias; meio ambiente, com Milton Santos; e relações ca-



Jürgen Haffer

pital-trabalho, através da publicação das conclusões e recomendações do Fórum orga-

nizado pelo Instituto.

As questões ambientais foram privilegiadas na edição nº 15. A opção foi publicar a documentação básica resultante da Eco-92 (Declaração do Rio de Janeiro, Convenção Sobre Mudança Climática, Convenção Sobre Biodiversidade e Princípios Sobre Florestas), avaliações da conferência e artigos sobre aspectos científicos ligados à Amazônia. Colaboraram Jürgen Haffer, Paulo Emílio Vanzolini, Gerônimo Rocha, Washington Novaes, Umberto Cordani, Jacques Marcovitch, Paulo Nogueira-Neto, Ennio Candotti e M. G. K. Menon.

A América Latina é tema de dossiê no nº 16 (em fase de produção gráfica), com contribuições de Celso Furtado, Eduardo Portella, Aníbal Quijano, Gerd Kohlhepp, Ricardo Seitenfus e Carlos Rojas Gutiérrez.

CADERNOS

Os cadernos publicados em 92

Novas séries foram criadas na *Coleção Documentos* no ano passado. Uma delas é a *Série Teoria Política*, destinada à divulgação de textos debatidos pelo grupo de mesmo nome, coordenado pelos professores Gabriel Cohn, Célia N. Galvão Quirino e Cláudio Vouga. A série já conta com quatro cadernos, constantes da relação a seguir de todas as publicações da *Coleção* em 1992.

SÉRIE A INTEGRAÇÃO REGIONAL E O MERCOSUL

01. Mercosul na SBPC - Ricardo Seitenfus (org.)
02. Os Países Integrantes do Mercosul - Realidades e Perspectivas - Ricardo Seitenfus (org.)
03. A Agropecuária Brasileira e o Mercosul - Ricardo Seitenfus (org.)

SÉRIE ASSUNTOS INTERNACIONAIS

21. História Recente do Oriente Remoto - Amaury Porto de Oliveira
22. CCMS/Cladea/Interman Innovation Programme - Carlos Dávila
23. Dirigentes Para Uma Sociedade Dual - Jacques Marcovitch
24. The Evolving Debt Strategy and Foreign Debt Negotiations - Percy S. Mistry
25. The Crisis of the Development State and the New International System - Hartmut Elsenhans
26. Novas Democracias. Quais Democracias? - Francisco Weffort
27. O Brasil Diante da Idéia de Uma Nova Ordem Internacional - Roberto Abdenur
28. A Evolução Recente das Transformações Sociais na Ex-URSS e na Federação Russa - Lenina Pomeranz

SÉRIE CÁTEDRA JAIME CORTESÃO

01. Os Descobrimientos Portugueses e a Questão da Nova Territorialidade - Jorge Couto
02. As Estratégias de Implantação da Companhia de Jesus no Brasil - Jorge Couto

SÉRIE CIÊNCIA COGNITIVA

02. Why Does Language Matter to Artificial Intelligence? - Marcelo Dascal
03. Sistema Hipermídia: Caracterização, Protótipo, Novo Projeto e a Questão da Interação Humano-Computador - Vários autores
04. Constructive Realism - Friedrich Wallner, Kurt Durnwalder e M. Peschl
05. O Conceito de Estabilidade Estrutural - José Roberto Castilho Piqueira

06. O Problema da Mente na Ciência Cognitiva - Fundamentos Para Uma Estratégia Cognitiva - Henrique Schütz del Nero
07. O Problema da Mente na Ciência Cognitiva - Redução e Emergência - Henrique Schütz Del Nero
08. O Problema da Mente na Ciência Cognitiva - O "Mental" Como "Consciência" - Henrique Schütz Del Nero
09. O Problema da Mente na Ciência Cognitiva - O Mental Como Representação - Henrique Schütz Del Nero
10. Social Development of Human Cognitive Processes, and Its Study - Jaan Valsiner
11. A Common Fuzzy Logic Background to Neural Networks and Linguistic Synthesis Technique - Alfredo Portinari Maranca

SÉRIE EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA

02. Condições Culturais da Educação - Eduardo Portella

SÉRIE ESPECIAL RELAÇÕES CAPITAL/TRABALHO

01. Fórum Capital-Trabalho: Conclusões e Recomendações; Memória dos Grupos Temáticos - Vários autores

SÉRIE ESTUDOS SOBRE O TEMPO

05. O Tempo na Literatura - Vários autores
06. Tempo e Poder - Vários autores

SÉRIE ESTUDOS URBANOS

05. Plano Diretor Urbano: Desafio Para a Gestão da Cidade Brasileira dos Anos 90 - Raquel Rolnik
06. Sobre Planos Diretores: Em Busca da Urbanidade - Maria Adélia A. Souza
07. A Homogeneização do Espaço e o Plano Diretor de São Paulo - Nadia Somekh

SÉRIE HISTÓRIA DAS IDEOLOGIAS E MENTALIDADES

01. A Botânica e a Política Imperial: Introdução e Adaptação de Plantas no Brasil Colonial e Imperial - Warren Dean
02. Fact and Myth: Discovering a Racial Problem in Brazil - Thomas E. Skidmore

SÉRIE LÓGICA E TEORIA DA CIÊNCIA

10. The Disposition of Complete Theories - David Miller
11. On Annotated Model Theory - Jair Minoro Abe

SÉRIE POLÍTICA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

10. Technology, Policy-Making, Development - Jean-Jacques Salomon
- 11 Política Científica e Tecnológica - Jacques Marcovitch

SÉRIE TEORIA POLÍTICA

01. As Transformações do Estado no Fim do Século - Célia N. Galvão Quirino e Oliveira S. Ferreira
02. A Dialética da Identidade em Ferdinand Tönnies - Orlando de Miranda
03. Valor e Coordenação: Poiésis, Práxis e Theoria - Eleutério F. S. Prado.
04. Para Compreender o Partido Comunista - Gildo Marçal Brandão

Partidos e sistema eleitoral

O aperfeiçoamento democrático no Brasil depende em grande parte da reformulação do sistema eleitoral e da legislação partidária, inclusive no que se refere ao financiamento de campanhas eleitorais. Essa tese foi enfatizada por parlamentares e acadêmicos no ciclo de seminários *Partidos Políticos e Campanhas Eleitorais*.

Foram discutidas várias modificações a serem introduzidas na Lei dos Partidos Políticos e no Código Eleitoral, legislação examinada pela Comissão Especial de Legislação Partidária e Eleitoral da Câmara dos Deputados, presidida pelo deputado Roberto Magalhães (PSDB/SP) e tendo como relator o deputado João Almeida (PMDB/BA), cujo substitutivo sobre a matéria foi aprovado recentemente.

REGISTRO - Caso seja mantido o registro provisório de partidos, os participantes do ciclo consideram que essa qualificação não deve dar à agremiação o direito de apresentar candidatos a cargo eletivo. Sem prejuízo da liberdade de criação de partidos, discutiu-se a necessidade de adoção de critérios mínimos para que um partido tenha representantes no Congresso.

As sugestões variam entre um mínimo de 3 a 5% de votos válidos na primeira eleição que o partido disputar, com 2 a 3% dos votos válidos em pelo menos nove estados e no mínimo um estado em cada região do País. Se os critérios do substitutivo do deputado João Almeida (5% dos votos no País e 2% em nove Estados) estivessem em vigor, avalia-se que os atuais 20 partidos com representação na Câmara ficariam reduzidos para 11.

Alguns dos participantes do



Parlamentares e pesquisadores discutiram propostas para a legislação partidária e eleitoral

ciclo, entretanto, pensam que essa redução não garantiria maior eficiência nos trabalhos legislativos nem tornaria possível o estabelecimento de diferenças programáticas nítidas. Para eles, os critérios deveriam levar a uma redução ainda maior.

FINANCIAMENTO - Para adquirir independência de atuação e consistência doutrinária, os partidos necessitam de um sistema que lhes dê autonomia financeira e garanta absoluta transparência das suas contas.

Houve consenso entre os participantes de que a legislação deve admitir doações de pessoas jurídicas, inclusive

empresas privadas, desde que feitas dentro de normas e limites legais e destinadas aos partidos e não a candidatos individualmente. Houve divergências quanto ao tratamento fiscal a ser dado a essas contribuições. Alguns defendem sua dedução no cálculo do Imposto de Renda do doador. Outros acham que isso faria com que o Tesouro Nacional fosse o contribuinte, situação admissível apenas se todas as doações fossem feitas ao Fundo Partidário, para distribuição entre todos os partidos.

O uso das contribuições privadas foi motivo de divergências. Vários participantes

acreditam que as campanhas eleitorais deveriam ser custeadas sobretudo por recursos de origem privada, estabelecendo-se limites tanto às doações quanto aos gastos dos partidos, para coibição de abuso econômico. Os gastos não relacionados com campanhas eleitorais seriam cobertos pelo Fundo Partidário. Outros participantes consideram que recursos privados deveriam ser aceitos apenas como complementação, seja nas despesas com campanhas eleitorais, seja nos gastos administrativos dos partidos. Nesse caso, caberia ao Estado, através do Fundo Partidário, propiciar aos partidos a maior parte dos recursos financeiros necessários ao seu funcionamento e às suas campanhas eleitorais.

SISTEMA ELEITORAL - As discussões nos seminários demonstraram convergência de opiniões quanto às vantagens do sistema majoritário distrital sobre o proporcional. Com isso, seria estabelecida maior vinculação entre os eleitores e seus representantes e até mesmo redução dos custos eleitorais. O modelo mais próximo do desejado é o sistema misto alemão, cujas cadeiras de deputados federais e provinciais são preenchidas, em igual número, por voto distrital majoritário uninominal e por voto proporcional em chapa provincial com ordem de precedência estabelecida pelo partido.

A fim de reduzir os impactos da mudança, a introdução do sistema distrital misto seria gradual. Na primeira eleição, apenas 25% das cadeiras seriam preenchidas por voto majoritário distrital. Na seguinte, o percentual seria aumentado para 50%.

Participantes

O ciclo de seminários sobre Partidos Políticos e Campanhas Eleitorais realizado em outubro foi coordenado pelo embaixador Paulo Nogueira Batista, professor visitante do Instituto. O tema foi subdividido em três discussões: dia 16, Reforma da Lei de Organização de Partidos Políticos; dia 23, Financiamento dos Partidos Políticos e das Campanhas Eleitorais; dia 30, Organização e Financiamento dos Partidos - Balanço e Conclusões.

Participaram das discussões, como expositores, o senador José Fogaça (PMDB/RS) e os deputados João Almeida (PMDB/BA), José Dirceu (PT/SP), Magalhães Teixeira (PSDB/SP) e Prisco Viana (PDS/BA); como debatedores, os professores Luciano Martins (Unicamp), Aspásia Camargo (FGV/RJ), Dalmo de Abreu Dallari (FD/USP), Carlos Estevam Martins (Fundap), Jacques Marcovitch (IEA) e Maurício Ribeiro Lopes (PUC/SP).

**estudos
AVANÇADOS**

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
Reitor: Roberto Leal Lobo e Silva Filho
Vice-Reitor: Ruy Laurenti

INSTITUTO DE ESTUDOS AVANÇADOS

Conselho Deliberativo: Jacques Marcovitch (diretor), Alfredo Bosi, Geraldo Forbes, Gerhard Malnic, João Evangelista Steiner, Júlio Cezar Franco de Oliveira, Umberto Giuseppe Cordani e Walter Colli.

Assistente Técnico Acadêmico: Rubem Affonso Beltrão Junior. Redação: Mauro Bellesa (jornalista responsável) e Dario Borelli. Endereço: av. Prof. Luciano Gualberto, Travessa J, 374, térreo, Cidade Universitária, 05508-900, São Paulo, SP. Telefone: (011) 813-3222, ramais 2519 e 2730. Fax: (011) 211-9563. Serviços gráficos: Coordenadoria de Comunicação Social da USP.